

“METADE DA ESQUADRA INIMIGA É NOSSA, POR QUE VOU CORTAR SUA LINHA”: A ARMADA IMPERIAL E A GUERRA PELA INTEGRIDADE TERRITORIAL DO BRASIL

Aspirante (IM) Pedro Lucas de Deus dos Santos

A nau *Pedro I* figura, em sua máxima expressão, a temática aqui abordada, pois percorre o fluxo histórico dos acontecimentos do início do século XIX no Brasil, acomodando a Família Real Portuguesa, ao escapar das tropas napoleônicas na Europa e ao transferir a sede da monarquia portuguesa para o Brasil. Além disso, participou, pelo rio Oiapoque, da conquista de Caiena, na Guiana Francesa, e contribuiu para o domínio da Província da Cisplatina, no litoral sul do Brasil. Além destes eventos, a embarcação foi o capitânia inaugural da recém-criada Armada Imperial Brasileira, sendo o primeiro navio a hastear a bandeira do Império do Brasil. Participou ativamente nas Guerras de Independência com o objetivo de fazer cumprir, nas regiões do Grão-Pará, Maranhão, Bahia, e na Província da Cisplatina, os efeitos do processo emancipatório iniciado “às margens plácidas do Ipiranga”.¹

Este artigo tem como objetivo elencar, dentro do cenário histórico do processo emancipatório do Brasil, a atuação da Marinha na Campanha da Independência e sua importância na afirmação e manutenção da integridade territorial, bem como a formação da Armada Imperial Brasileira. Para tal, foi consultada a historiografia especializada, produzida pela própria Marinha do Brasil,² o diário do Frei Manoel Moreira



Nau Pedro I

Construída em 1763 no Arsenal de Marinha da Bahia para a Armada Real Portuguesa, a Nau foi intitulada de *Santo Antônio* e *São José*, após reformas em 1794, passou a ser a *Infante D. João Carlos*. Em 1808, já como Martins de Freitas acomodou a Família Real Portuguesa na transferência da sede da monarquia para o Brasil. Somente em 1822, agora intitulada *Pedro I*, a nau com 60 metros de quilha, três robustos e elegantes mastros, e 74 canhões, passou a integrar, como navio capitânia, a Armada Imperial Brasileira.

Autoria: Edoardo De Martino

Acervo da DPHDM

da Paixão e Dores,³ e o livro de História Naval do Capitão de Mar e Guerra William Carmo Cesar.⁴ Inicialmente, será contextualizado o panorama da chegada da família real no Brasil e os impactos desse evento, destacando a Campanha da Independência e a maneira como a Marinha, desde 1808, fez-se presente no

¹ BITTENCOURT, Armando de Senna (org.). *Introdução à história marítima brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2006, p. 79-80.

² LOPES DA SILVA, Carlos André. “A transmigração da família real para o Brasil e a independência”, in BARBOSA JÚNIOR, Ilques & ABREU, Guilherme Mattos de. *Marinha do Brasil: uma síntese histórica*. Rio de Janeiro: SDM, 2018.

³ DORES, Fr. Manoel Moreira da Paixão e. *Diário da Armada da Independência*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1957.

⁴ CESAR, William Carmo. *Uma história das Guerras Navais: o desenvolvimento tecnológico das belonaves e o emprego do Poder Naval ao longo dos tempos*. Rio de Janeiro: FEMAR, 2013.

cenário político do século XIX, alcançando o ápice de sua relevância na conformação do território brasileiro.

No início do século XIX, Napoleão ascendia na Europa em seu projeto expansionista, porém a superioridade naval da marinha inglesa levou o general a buscar estrategicamente um outro cenário de atuação no conflito contra a Inglaterra, estabelecendo em 1806, pelo Decreto de Berlim, um bloqueio continental que às nações europeias foram impostas a adesão, sob pena de retaliação pela poderosa guarnição francesa. Dentro desse cenário, pressionado pelos franceses e ingleses, o governo de Portugal, que mantinha boas relações comerciais com a Inglaterra, optou pela não-adesão ao bloqueio, o que resultou na rápida resposta de Napoleão. No ano seguinte, pelo tratado de Fontainebleau, firmado com a Espanha, definia-se a invasão do reino português.

Com as tropas napoleônicas nas proximidades da fronteira lusa, no mesmo ano foi realizada a Convenção Secreta de Londres,⁵ em que foram decididas as normas protetivas para Portugal: a Inglaterra, garantiria o apoio naval necessário para a transferência da sede da monarquia portuguesa para uma de suas colônias, o Brasil, e em contrapartida Portugal garantiria uma série de benefícios aos ingleses, tais como a entrega da esquadra lusa ao britânicos, potencializando o poderio da armada inglesa, e a concessão portuária de comercialização entre as duas nações, rompendo assim o pacto colonial que estabelecia a exclusividade de importação e exportação somente entre a colônia e a metrópole.

Acompanhada de 16 naus inglesas, “[...] composta pelas naus *Príncipe Real*, *Afonso de Albuquerque* e *Medusa*, da nau inglesa *Bedford*, da fragata *Urânia*, do bergantim *Três Corações* e transporte *Alexandre*”,⁶ a chegada da Família Real à Bahia em 22 de janeiro de 1808 é garantida pela força naval, e em 07 de março do mesmo ano, junto à Brigada Real da Marinha, D. João estabelece a Corte portuguesa definitivamente no Rio de Janeiro.⁷ Em acordo com a necessidade de se constituir uma estrutura administrativa correspondente às novas demandas político-econômicas e militares

oriundas da transferência da sede da monarquia portuguesa para o Brasil, foi instalado, em 11 de março de 1808, a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, sob os mesmos moldes dessa Secretaria de Estado criada em 1736 no reinado de D. João V.

Além desta Secretaria, corroborando para o desenvolvimento de uma unidade militar, alguns departamentos, já estabelecidos em Portugal, foram instalados no Brasil. Houve, no entanto, a necessidade de se criar outros; de modo geral, pode-se destacar: o Arsenal de Marinha, o Quartel-General da Armada, a Intendência e a Contadoria, o Arquivo Militar, o Hospital de Marinha, a Fábrica de Pólvora, situada no atual Jardim Botânico, o Conselho Supremo Militar e a Academia Real de Guardas-Marinha.⁸ Após a Independência, a Academia foi crucial na formação de novos membros da Armada Imperial.

Contracenando com a invasão francesa do território português na Europa, o Príncipe Regente D. João, após romper todos os tratados firmados entre França e Portugal, decidiu contra-atacar em terras para além do continente europeu, nos limites fronteiriços entre o Brasil e a colônia da Guiana Francesa, respondendo às pressões impostas pelas tropas napoleônicas.

A força militar formada para o confronto contava com a participação de ingleses, portugueses e de brasileiros, e estava sob o comando do Tenente-Coronel Manuel Marques d’Elvas Portugal que dispunha de uma esquadilha composta pelas seguintes embarcações: escuna *General Magalhães* (capitânia); *cutters Vingança* e *Leão*; três barcas-canhoneiras; sumaca *Ninfa*; dois obuseiros; iate *Santo Antônio*; e a lancha *São Narciso*, corveta inglesa *Confidence*, brigue *Infante D. Pedro* e *Voador*.⁹

Em primeiro de dezembro de 1808, a tropa de D. João, com cerca de 700 homens armados, desembarcou no território francês, e avançou rumo à capital Caiena à medida que ganhavam o conflito; pelo rio Oiapoque, a frota naval comandada pelo Comandante Yeo dominava as edificações de defesa e apoio inimigo, obtendo o domínio sob a colônia francesa em 12 de janeiro de 1809, quando o governo local se rendeu. Esse foi o primeiro ato de D. João no que tange a uma

⁵ BITTENCOURT, op. cit., p. 66.

⁶ Ibidem

⁷ Ibidem

⁸ CESAR, op. cit., p. 173.

⁹ BITTENCOURT, op. cit., p. 69.

resposta à França no âmbito da política externa, em menos de um ano após o estabelecimento da coroa lusa no Brasil.¹⁰ A dominação da região foi relevante para o estabelecimento dos limites territoriais do país realizado posteriormente, garantindo ao Brasil a delimitação do atual estado do Amapá.

Outra incursão realizada no período joanino foi a tentativa de anexar às terras do Brasil o território, antigamente sob o domínio castelhano, nas proximidades do Rio da Prata, a Banda Oriental do Uruguai. Movimentados pelos ideais libertários do pensamento iluminista e encabeçados por José Gervásio Artigas, as camadas populares da Banda Oriental se recusavam a aderir ao projeto político das Províncias Unidas do Rio da Prata. Dessa forma, a Coroa portuguesa conseguiu o apoio, não tão duradouro, das lideranças de Bueno Aires. Embarcaram na empreitada, em 12 de junho de 1816, uma corveta, uma fragata, cinco naus e seis brigues, capitaneadas pela nau *Vasco da Gama*, juntos de seis navios que já estavam rumo a Santa Catarina. A força naval se dividiu em duas, uma pelo Rio da Prata em direção a Montevidéu, para realizar um bloqueio naval à cidade, e outra seguiu pelo Rio Uruguai, auxiliando as forças portuguesas frente aos ataques de resistência local.¹¹

No final do ano de 1816, Montevidéu estava rendida à ação de pacificação de D. João na Banda Oriental; porém, Artigas continuou a resistir ao desdobramento português mediante a atuação de corsários que atacavam os navios portugueses a partir da colônia de Sacramento, causando grandes estragos às tropas em terra que ficaram desmuniadas e desprovidas de apoio naval. A solução foi utilizar as tropas terrestres para destruir pontos estratégicos da linha inimiga como a Colônia de Sacramento e Paissandu. Após o último episódio de atuação da Força Naval – em que se destacou a corveta *Maria da Glória* com o aprisionamento de um corsário inimigo e recuperação de dois navios mercantes, *Ulisses* e *Triunfantes*, em 31 de julho de 1821 – cerca de cinco anos após o início das ações de incorporação da região do Rio da Prata, a deputação local aprovou a incorporação da Banda Oriental ao governo português, sob o título de Provín-

cia da Cisplatina.¹² No entanto, a noção de unidade política concorrente com a política nacional vigente não duraria por muito tempo, fato que incluiu a região sul na Guerra de Independência e, posteriormente, resultaria na Guerra da Cisplatina (1825-1828).

A revolta ocorrida em 1817, na capitania de Pernambuco, foi a última do período colonial que desafiou a estrutura governativa da monarquia portuguesa. Dentre as causas do movimento, está a cobrança de impostos na localidade para patrocinar a campanha da Cisplatina; e a transferência da sede da Coroa para o Brasil, pois tal ato contrariava a ambição de poder das elites locais, principalmente após D. João elencar portugueses para exercer importantes funções administrativas em Pernambuco. Para fazer sucumbir a insurreição, o Governador da Bahia enviou para Pernambuco a corveta *Carrasco*, o brigue *Mercúrio* e uma escuna, com o intuito de estabelecer o bloqueio dos portos de Recife e assim apagar a chama revolucionária pernambucana.

Outras duas Divisões Navais incorporaram a reação joanina à rebelião, uma comandada pelo Chefe de Esquadra Rodrigo José Ferreira Lobo, composta pelos brigues *Benjamin* e *Aurora*, e pela escuna *Maria Teresa*; e outra comandada pelo Chefe de Divisão Brás Caetano Barreto Cogomilho, composta pela nau capitania *Vasco da Gama*, os transportes *Santiago Maior*, *Almirante*, *Harmonia*, *Joaquim Guilherme*, *Feliz Eugenia*, *Olímpia*, *Ateneu*, *Bela Americana* e *Bonfim*, e a fragata *Pérola*.¹³ Em terra, da Bahia, foram enviados para Pernambuco dois regimentos de cavalaria e dois de infantaria. Após o bloqueio do porto de Recife e da invasão da cidade pelas tropas enviadas portuguesas, o movimento separatista teve seu fim em 20 de maio de 1817.

Após a derrota de Napoleão pelas tropas europeias na Batalha de Waterloo, os representantes dos países que derrotaram a França – Inglaterra, Prússia, Áustria e Rússia – reuniram-se em Viena para redefinir limites territoriais alterados pelo expansionismo napoleônico e remodelar o cenário político da Europa, de modo a reestabelecer o Antigo Regime.¹⁴ Portugal, no entanto,

¹⁰ Ibidem, p. 69-70.

¹¹ Ibidem, p. 70.

¹² LOPES DA SILVA, op. cit., p. 85.

¹³ BITTENCOURT, op. cit., p. 73.

¹⁴ LOPES DA SILVA, op. cit., p. 85.

tinha um empecilho quanto à participação do Congresso: o rei não estava, formalmente, em seu reino, mas numa possessão territorial dele. Para sanar tal questão, D. João elevou o Brasil à uma condição equivalente à da metrópole, com a instituição do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

O contraste entre a flexibilização da estrutura colonial no Brasil e governança administrativa do território português por um comitê controlado por um inglês, minava a noção de autonomia política portuguesa no território luso em favor da brasileira em terras ultramarinas, o que gerou insatisfação nos portugueses residentes da metrópole. A ruptura do chamado “pacto colonial”, conforme expressão de Fernando Antônio Novais, na abertura de portos em 1808, proporcionou a longo prazo certa liberdade fiscal e comercial nos portos da colônia; e as conquistas da Guiana Francesa e da Província da Cisplatina, aumentavam o poderio econômico e geopolítico do Brasil. Somado a esse cenário, o “estado de ‘abrasileiramento’ da Monarquia portuguesa”¹⁵ fez eclodir, em 1820, a Revolução do Porto, um movimento revolucionário, de caráter liberal, que ambicionava a instalação de uma Assembleia Constituinte – as Cortes – para instaurar uma monarquia constitucional, subordinando a Coroa ao Legislativo. Além de exigir o retorno do rei a Portugal, o movimento também objetivava reativar a antiga condição do Brasil – a de dependência econômica e política nos moldes do “pacto colonial” – de modo a reestruturar a capital administrativa do Império Luso.

O cenário revolucionário e o medo de perder o trono, provocaram o retorno de D. João, em 1821, a Portugal, deixando no Brasil, como príncipe regente, seu sucessor na linhagem Bragança, D. Pedro de Alcântara. As imposições das Cortes para que fossem transferidas de volta para Portugal as principais instituições criadas por D. João, a reafirmação do “pacto colonial” e a exigência do retorno do príncipe regente às terras lusas, bem como o desacato à dinastia de Bragança, gerou uma resposta imediata de D. Pedro, em 09 de janeiro de 1822, conhecida como Dia do Fico, em que o regente declarou que permaneceria no Brasil, a despeito das ordens vindas de Lisboa. Além disso, em

maio do mesmo ano, foi decretado o “Cumpra-se”, ocasião na qual ficou determinado que as exigências emitidas pelas Cortes no que tange às questões brasileiras, somente seriam validadas com a aprovação de D. Pedro I. Neste cenário, o Príncipe nomeou José Bonifácio de Andrade e Silva, adepto da emancipação do Brasil sob o modelo político monárquico constitucional, para exercer a liderança de um novo Gabinete de Ministros.

Em agosto, chegou ao Rio de Janeiro a notícia de que as Cortes intensificariam a pressão política, exercida até então, sobre o Brasil. D. Leopoldina, esposa do Príncipe regente que se fazia ausente devido à sua viagem a São Paulo com intuito de manter o governo local alinhado com sua política, reúne o Conselho de Estado, junto a José Bonifácio, para que fosse discutida a imediata autonomia política brasileira frente à ameaça vinda de Portugal. Acordada a necessidade de emancipação, a carta da Princesa Regente é enviada a D. Pedro I, que em 7 de setembro a lê nas proximidades do Ipiranga. Apesar do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais aceitarem a conclamação do Príncipe, a declaração emanada das margens do rio Ipiranga não fluiu pelas demais regiões do Brasil.¹⁶

Apesar de declarada, a Independência não foi aceita em todo território. Imediatamente, quatro polos representaram resistência ao governo de D. Pedro I ao não aderirem o projeto emancipatório: Belém, Maranhão, Bahia e a Província da Cisplatina. Nas províncias da banda Norte-Nordeste, as tropas militares destacadas foram reforçadas, a fim de manter afinidade com Lisboa, tendo destaque pelo alto conglomerado comandado pelo Brigadeiro Inácio Luís Madeira de Melo, a província de Salvador. No sul, a divisão da guarnição frente à Independência era figurada de um lado pelo General Carlos Frederico Lecor, a favor da emancipação política, de outro, pelo seu subcomandante, D. Álvaro da Costa de Souza Macedo, que concorria à ideia de subordinação do Brasil a Lisboa.

Diante desse panorama, José Bonifácio notou a necessidade da formação de uma forte Esquadra Imperial Brasileira para fazer processar, pelo mar, a conclamação propagada nas margens do Ipiranga, de modo a conformar as delimitações do território brasileiro. Em outubro do ano da Independência, o primeiro bra-

¹⁵ Ibidem, p. 86

¹⁶ BITTENCOURT, op. cit., p. 74

sileiro nato a se tornar Ministro da Marinha, o Capitão de Mar e Guerra Luís da Cunha Moreira, também intitulado Visconde de Cabo Frio,¹⁷ iniciou a formação da Marinha Imperial. Frente às dificuldades orçamentárias para se adquirir novos navios, bem como as despesas decorrentes, alguns navios portugueses que estavam no Brasil foram incorporados à força naval. O Arsenal de Marinha, apesar das dificuldades enfrentadas quanto à falta de materiais e à mão de obra qualificada, exerceu importante função na reparação de navios, neste cenário inicial. A nau *Pedro I*, as fragatas *Niterói*, *Ipiranga*, e *Paraguaçu*, além das corvetas *Maria da Glória* e *Liberal*, são exemplos das embarcações que passaram a ser assistidas pelo Arsenal.¹⁸

A dificuldade quanto ao quantitativo de oficiais e praças brasileiros natos, contracenando com o alto número de marinheiros estrangeiros habilitados e experientes após o fim das guerras napoleônicas, sobretudo ingleses e franceses, evidenciou uma solução para corresponder a demanda de pessoal que a formação de uma armada exigia; dentre os destacados estão:

John Taylor, Thomas Cochrane, John Grenfell, Jaime Shepherd, Teodor Beaurepaire e James Norton. Atuando de modo decisivo em Lisboa, quanto à aquisição de material e recrutamento de pessoal para a Armada Imperial, destacou-se em seu serviço como diplomata brasileiro em Londres, o Marquês de Barbacena, Felisberto Caldeira Brant.¹⁹ Para suportar os custos com o material flutuante e com a contratação de estrangeiros e mesmo pagamento de soldos aos brasileiros, foi aberta uma subscrição pública.

As instituições estabelecidas no período joanino também foram integradas ao projeto da estruturação da força naval brasileira, dando destaque à Companhia de Guardas-Marinha, pelo papel que esta exercera na formação e integração de brasileiros natos na composição da Marinha do Brasil. Na Tabela 1 estão listados os componentes da Primeira Esquadra da Independência.

A Marinha do Brasil, portanto, nasce da urgência de resguardar a integridade territorial, figurativamente, atuando como uma agulha que, costurando o

Tabela 1. A Composição da Primeira Esquadra da Independência

Classificação	Nome	Canhões	Nome Anterior
Nau	<i>Pedro I</i>	74	<i>Martins de Freitas</i>
Fragata	<i>Piranga</i>	68	<i>União</i>
	<i>Paraguaçu</i>	48	<i>Real Carolina</i>
	<i>Niterói</i>	40	<i>Sucesso</i>
	<i>Tetis</i>	–	–
Corveta	<i>Maria da Glória</i>	24	–
	<i>Liberal</i>	28	<i>Gaivota</i>
Brigue	<i>Cacique</i>	18	<i>Reino Unido</i>
	<i>Real Pedro</i>	14	–
	<i>Rio da Prata</i>	14	<i>Leopoldina</i>
	<i>Guarani</i>	16	–
	<i>Caboclo</i>	18	–
	<i>Atalante</i>	10	–

Fonte: CESAR, William Carmo. *Uma história das Guerras Navais: o desenvolvimento tecnológico das belonaves e o emprego do Poder Naval ao longo dos tempos*. Rio de Janeiro: FEMAR, 2013. p. 173. (grifo nosso).

¹⁷ LOPES DA SILVA, op. cit., p. 92.

¹⁸ BROTHERHOOD, Karina. “Trabalho e organização do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na década de 1820” in *Revista Navigator*, v. 2, n. 3, jun. 2006, p. 8-9.

¹⁹ CESAR, William Carmo. *Uma história das Guerras Navais: o desenvolvimento tecnológico das belonaves e o emprego do Poder Naval ao longo dos tempos*. Rio de Janeiro: FEMAR, 2013. p. 173.

litoral brasileiro na Campanha da Independência, fez chegar o processo emancipatório emanado por D. Pedro I, às margens do Ipiranga, às “ilhas”²⁰ do nosso “arquipélago”²¹, mantendo assim em absoluto o território constituinte do Império do Brasil.

No teatro da Guerra da Independência na Bahia, destacam-se a fragata *Niterói* que, comandada pelo Capitão de Fragata John Taylor, expulsou, mediante severos ataques até os limites da Península Ibérica, na foz do rio Tejo, os navios portugueses de apoio aos resistentes em Salvador. Em 1º de abril de 1823, os navios *Piranga*, *Maria da Glória*, *Liberal*, *Guarani* e *Real Pedro*, e o então Primeiro-Almirante da Armada Nacional e Imperial do Brasil e comandante da nau *Pedro I*, Thomas Cochrane, deixavam a Guanabara rumo à Bahia, para estabelecer um bloqueio na cidade de Salvador de modo a impedir a reposição de tropas em terra, o abastecimento e apoio provido pelas tropas portuguesas no mar. A fragata *Niterói* se agrupou dias depois à frota de Cochrane.²²

Achava-me sob a tolda, com o Lord, que ambicioso desejava que se aproximasse o momento de dar começo ao ataque, quando já à distância de meia légua do inimigo me disse desta maneira: – ‘Sr. Cura, **metad de la Esquadra inimiga és nuestra, por que me voy cortar su linea**’.²³[sic] (grifo nosso)

Elaborando uma arriscada tática militar, aproximando-se à tática Meleísta²⁴ (do francês *melee*, que significa confusão) e executada com êxito por Lorde Nelson na Batalha de Trafalgar, e contracenando com

o conceito tático da formação de duas linhas rígidas de batalha, Cochrane colocou o navio de linha, a nau *Pedro I*, entre duas linhas de navios da esquadra brasileira, de modo a atacar a retaguarda da frota portuguesa, sem tempo hábil de apoio da vanguarda inimiga, permitindo assim a passagem do capitânia pela linha inimiga. Todavia, somente esta última embarcação conseguiu o feito, pois, para o sucesso da manobra, o ataque deveria ser feito de forma conjunta e ordenada, além de necessitar de volume e precisão dos tiros de canhão, o que não foi possível por um problema interno às embarcações da frota brasileira. Além da pouca experiência em combate da tripulação daqueles navios, o fator que corroborou para o desfavorável desfecho do conflito reside no comportamento assumido por alguns marujos portugueses, já que:

A indisposição dos marinheiros de origem portuguesa em lutar contra a sua bandeira foi claramente verificada na capitânia, quando marujos chegaram a impedir o fornecimento de pólvora durante o combate, sendo dominados por um tenente britânico.²⁵

Após reorganizar suas forças militares e retirar de sua guarnição aqueles indispostos ao combate, Cochrane alcançou seu objetivo de estabelecer um bloqueio a Salvador, onde sem apoio e abastecimento, as tropas portuguesas se viram pressionadas a abandonar as terras brasileiras. Em 02 de julho de 1823, um comboio português de mais de 70 embarcações, escoltado por 17 navios de guerra, se retirou do Brasil sendo atacado incessantemente pela fragata *Niterói*; além disso, vários navios foram capturados pela frota brasileira. Dessa forma, Salvador aderiu a política emancipatória do Império de D. Pedro I.

No Maranhão, Lorde Cochrane, utilizando-se de uma estratégia fugaz, fez da nau *Pedro I* sua principal ferramenta de dissuasão, representando a excepcional força naval recém-criada, de modo a obter a rendição do Governo local que se mantinha até então firme em apoio à Lisboa. O frei Manoel Moreira da Paixão e Dores narra em seu diário os movimentos estratégicos de Cochrane nesse jogo político:

²⁰ Descrição das Províncias litorâneas que não aderiram a Independência (Ibidem, p.170-172).

²¹ Descrição da extensão do território brasileiro (Ibidem).

²² Ibidem, p. 177-178

²³ O trecho grifado foi escolhido como título deste trabalho e faz parte do relato do dia 04 de Maio de 1823 do Fr. Manoel da Paixão sobre a Campanha da Independência na Bahia in DORES, Fr. Manoel Moreira da Paixão e. *Diário da Armada da Independência*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1957. p. 46.

²⁴ Tática em que cada comandante de unidade tem autonomia de atuação em combate, em detrimento da rígida estrutura de formação em coluna do modelo “formalista”, em que o comandante da Força Naval possui completo controle das unidades.

²⁵ LOPES DA SILVA, op. cit., p. 115.

Demorar-se-ia com S. Excia. pouco mais de uma hora, depois do que, mandando S. Excia. que desse fundo ao Brigue ao pé da Nau, o despediu com ofício ao Governo, em resposta ao que êle havia recebido. Nesse ofício disse S. Excia. ter declarado quem era, que a Nau em que se achava pertencia ao Império do Brasil e não à Grã-Bretanha, como havia dito, e que seus fins eram fazer ali aclamar ao Imperador e Independência, e que, quando o Governo deixasse de aderir a estas condições, veria romper toda espécie de hostilidade por mar e por terra, até que finalmente se conseguisse o desejado fim de unir aquela amena Província ao grande Todo do vasto Império do Brasil.²⁶ [sic]

No dia 26 de julho de 1823, Thomas Cochrane havia recebido um ofício da Junta Governativa da região, respondendo da forma como explicitado acima, usando de um blefe e manipulando o real cenário da expedição. Na mesma noite, o comandante da nau *Pedro I* recebe um ofício em resposta ao seu, contendo a informação de que no dia seguinte o Governador viria a bordo no capitânia aderir espontaneamente à Independência do Brasil, visando à tranquilidade da Província.

No norte do país, mais especificamente no Grão-Pará, apesar de utilizado os mesmos subterfúgios aplicados à Província do Maranhão, a adesão à Independência foi acrescida de uma complexa rede de acontecimentos que permite bifurcações quanto à sua interpretação. O Capitão-Tenente de 27 anos, John Pascoe Grenfell, comandando o brigue *Maranhão*, valeu-se da astúcia tática de Cochrane e alertou aos residentes da Província que uma grande frota naval se aproximava, e que iria retaliar qualquer resistência à Independência.²⁷ Com medo de um ataque, os portugueses aderiram à emancipação brasileira. Contudo, com o passar do tempo, os portugueses voltaram a atacar aqueles que se mostravam favoráveis à autonomia política do país, já que a ameaça feita por Grenfell não se concretizara.

Diante de um cenário conturbado, visando à manutenção da ordem político-social e fazendo valer a unidade Imperial, Grenfell desembarcou com sua guarnição para atuar em terra, e no mar estabeleceu um cerco para que a situação interna não fosse alimentada pelos portugueses. Representando a garantia dos partidários da Independência, em um cenário febril frente à liderança de Batista Campos, sofreu uma tentativa de assassinato, e ao final do mês de agosto, tendo cessado o número de cárceres para os revolucionários, autorizou que os porões do brigue *Palhaço* fossem utilizados como prisão, onde 254 presos foram mortos asfixiados.²⁸ Após malsinações feitas a Grenfell pelo ocorrido no Grão-Pará, o comandante foi julgado por um Conselho de Guerra e absolvido das acusações.

O cenário em que as Províncias da banda Norte-Nordeste aderiram à Independência aprofunda a percepção das relações de poder estabelecidas anteriormente nas capitais, pois a luta pela governança, ora de brasileiros adeptos da Independência, ora de lusitanos adeptos dos ideais propagados pelas Cortes de Lisboa, reflete o complexo teatro político e militar em que a Marinha operou, por vezes de forma pacífica, exercendo sua habilidade diplomática e dissuasória, por vezes mediante o uso da força armada, de modo a impor a ordem no Império e defender a vontade do Imperador.

Na Cisplatina, o plano para integrar a região ao plano da Independência, foi similar ao realizado na Bahia, estabelecendo na cidade de Montevideu, um bloqueio pelo mar e pela terra, sufocando a resistência portuguesa. O Almirante Rodrigo Ferreira Lobo, comandante da Esquadra portuguesa residente nas proximidades do Rio da Prata, declarou-se aliado ao processo da Independência, não conseguindo, no entanto, impor o bloqueio a Montevideu. Foi substituído pelo Capitão de Mar e Guerra Pedro Antônio Nunes, que trouxe consigo uma corveta, três brigues e três escunas que realizaram o bloqueio àquela cidade e forçou uma resposta armada sem vitoriosos. Entretanto, a vantagem de manter o bloqueio pela parte brasileira que ocasionou desabastecimento das tropas inimigas em terra e a notícia de que a região era a último reduto de

²⁶ Relato do dia 26 de Julho de 1823 do Fr. Manoel da Paixão a respeito da Campanha da Independência no Maranhão in DORES, op. cit., p. 112-113.

²⁷ BITTENCOURT, op. cit., p. 77-78.

²⁸ LOPES DA SILVA, op. cit., p. 98.

resistência a emancipação do país resultaram na retirada dos portugueses da região em novembro de 1823.²⁹

Portanto, a Armada Imperial, na Campanha da Independência, exerceu papel crucial nos confrontos, fazendo uso, de acordo com a situação demandada, ora da diplomacia, ora da força do canhão, objetivando estabelecer a integridade territorial do país que se construía e a unidade política do Império.

A Marinha Imperial, seguidos os conflitos da Campanha de Independência do Brasil, atuou ativamente na consolidação do território nas revoltas ocorridas nas regiões já elencadas, de instabilidade política, em que se figurou a ocorrência das Guerras da Independência. A cada conflito, além de estabelecer a integridade dos limites fronteiriços brasileiros, a Marinha também se afirmava e se desenvolvia como força naval relevante no cenário político e militar da época.

REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, Armando de Senna (org.). *Introdução à história marítima brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2006.
- BROTHERHOOD, Karina. “Trabalho e organização do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na década de 1820” in *Revista Navigator*, v. 2, n. 3, jun. 2006.
- CESAR, William Carmo. *Uma história das Guerras Navais: o desenvolvimento tecnológico das belonaves e o emprego do Poder Naval ao longo dos tempos*. Rio de Janeiro: FEMAR, 2013.
- DORES, Fr. Manoel Moreira da Paixão e. *Diário da Armada da Independência*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1957.
- LOPES DA SILVA, Carlos André. “A transmigração da família real para o Brasil e a independência”, in BARBOSA JÚNIOR, Ilques & ABREU, Guilherme Mattos de. *Marinha do Brasil: uma síntese histórica*. Rio de Janeiro: SDM, 2018.

²⁹ Ibidem